

ESCUA TERAPÊUTICA E INTERSECCIONALIDADE ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA

RENICE EISFELD MACHADO¹; MIRIAM CRISTIANE ALVES²

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – renice.eisfeld@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – oba.olorioba@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A clínica psicológica clássica que se encontra inserida em um modelo de atendimento biomédico tem sua escuta orientada para a análise de sinais e sintomas que são trazidos pelos sujeitos a partir da sua fala e, dessa maneira, o psicólogo direciona seu atendimento com base no que foi apreendido nesse processo. No entanto, para além de considerar sinais e sintomas, faz-se necessário uma escuta contextualizada ao lugar de fala do sujeito, que considere sua cultura, os atravessamentos político-sociais e os diferentes modos do existir humano. TIMM, PEREIRA e GONTIJO (2011) ao discutirem a violência contra a mulher, por exemplo, referem que ao legitimar a privatização dos afetos e reduzir o entendimento da situação de violência a apenas uma questão psicológica, o profissional deixa a mulher ainda mais vulnerável ao sistema de dominação.

CARNEIRO (2013, p. 40) refere que fenômenos como “a xenofobia, as assimetrias de poder entre mulheres e homens, as profundas desigualdades econômicas, a rejeição de orientações sexuais e de identidades de gêneros”, entre outros “modos de violentar a existência”, evidenciam sobre “quão inseguras permanecem as sociedades para a expressão de múltiplas diversidades identitárias”.

Nesse sentido, ao partirmos da problematização da escuta do(a) profissional de psicologia diante do sofrimento psíquico produzido por violências de gênero, sexualidade e raça, tomamos o conceito de interseccionalidade como central no processo de qualificação da escuta psicológica. Conforme CRENSHAW (2002, p.177) a interseccionalidade é um conceito que move uma problemática acerca das consequências estruturais e da dinâmica entre dois ou mais eixos de subordinação. A partir desse conceito, busca-se uma investigação sobre os eixos de gênero, sexualidade e raça e como esses três eixos se relacionam com a produção de sofrimento psíquico relacionado com a discriminação e o preconceito gerados pelo racismo, pelo machismo e pela misoginia.

Com base na perspectiva decolonial no âmbito da psicologia, conforme ORELLANO e GONZÁLEZ (2015) propõe-se nesse trabalho a construção de uma psicologia política decolonial implicada no compromisso de promover o diálogo com outras epistemes, construindo possibilidades de expressão dos subalternos, buscando a construção de espaços de fala e escuta que dialogue com a diversidade humana.

O presente estudo integra uma das ações do Núcleo de Estudos e Pesquisas É'LEÉKO – Uma Psicologia Política Decolonial, do curso da Psicologia da Universidade Federal de Pelotas e tem como objetivo compreender os efeitos e implicações de uma escuta terapêutica politizada e engajada no enfrentamento às violências de gênero, sexualidade e raça, considerando a relação entre terapeuta-pesquisadora e participante.

2. METODOLOGIA

O referencial teórico-metodológico utilizado para subsidiar a elaboração dessa pesquisa parte dos Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais e do Feminismo Decolonial, cujas principais categorias de análise que subsidiarão as discussões sobre a interface entre subjetividades e violências de gênero, sexualidade e raça são: colonialidade do poder (QUIJANO, 2000), colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2007) e colonialidade de gênero (LUGONES, 2008).

Como estratégia metodológica será utilizado o co-labor (LEYVA & SPEED, 2008) de modo que o estudo seja construído na prática e em conjunto com as pessoas que constituem um grupo terapêutico do Serviço de Psicologia da UFPEl, cujo foco do atendimento são as violências de gênero, sexualidade e raça.

O estudo está organizado em três etapas: 1) revisão teórica; 2) apresentação do projeto aos participantes do grupo terapêutico; 3) encontros de co-labor com participantes do grupo terapêutico tendo como foco a interseccionalidade de gênero, sexualidade e raça.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa se encontra na sua etapa inicial, cuja revisão teórica tem possibilitado uma melhor compreensão das implicações da colonialidade nas relações político-sociais e, fundamentalmente, nas subjetividades dicotomizando relações humanas e causando sofrimento psíquico mediante situações de preconceitos e discriminações de gênero, sexualidade e raça. Afinal, vivenciamos uma concepção de humano, cuja superioridade está no “homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista europeu”, que por sua vez, potencializa e reproduz padrões hierárquicos globais (BALLESTRIN, 2013, p. 102). Deste modo, iniciamos uma revisão sobre os conceitos de colonialismo e colonialidade, considerando seus desdobramentos, bem como seus efeitos na diversidade humana.

Colonialismo, segundo FANON (2005) é um sistema de dominação violento do colonizador diante do povo colonizado, de modo que não existe nenhum processo de colonização sem dominação e violência. A violência é essencialmente dada, já que o colonizador vem com intenção de dominar e explorar a existência daqueles que vivem na região colonizada, retirando seus bens e promovendo o trabalho escravizado. Para o autor, a partir da colonização do continente africano pelos europeus, desenvolveu-se uma cisão racializada entre o(a) sujeito(a) branco e o(a) sujeito(a) negro(a), proporcionando a dominação racial do(a) primeiro(a) em relação ao(a) segundo(a). Assevera ainda, que os resquícios que ficam do colonialismo é o sentimento de inferioridade do povo que foi submetido a condições desumanas de trabalho e de existência. Povo que com sua mão de obra especializada sustentou um sistema de dominação/exploração que é perpetuado e atualizado no contemporâneo, por meio da colonialidade do poder (ALVES; JESUS; SCHOLZ, 2015).

QUIJANO (2000) refere que a colonialidade do poder faz com que, ainda na atualidade, seja possível a manutenção de relações hierárquicas reforçadas por uma concepção de humanidade cuja população do mundo se diferencia em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos, tendo como referência o homem, branco, heterossexual, cristão e burguês.

A colonialidade do ser é a experiência do subalternizado diante dos efeitos da colonialidade e das dicotomias de raça e gênero, que foram criadas pelo colonialismo com o intuito de exploração de populações consideradas subalternas (MALDONADO-TORRES, 2007). ALVES, JESUS e SCHOLZ (2015, p.870) referem que as assimetrias raciais possuem como pano de fundo o colonialismo, que se atualiza no contemporâneo por meio da colonialidade, produzindo “desagência” ou ausência existencial, como “fator de vulnerabilidade” dos grupos subalternizados “mediante a vivência de uma humanidade de concessão e subalterna, que, consequentemente, leva a sofrimento psíquico”.

No que se refere à dicotomia homem/mulher, a interseccionalidade a qual se propõe LUGONES (2007) evidencia uma proposta de visibilidade e de luta da mulher diante do patriarcado. Esse conceito busca, não apenas o reconhecimento e empoderamento da mulher branca, mas também da mulher negra, da mulher indígena, que passam por violências de gênero, sexualidade e raça, a um só tempo. Raça e a sexualidade, portanto, são categorias que não se separam em uma sociedade que perpetua o machismo, o racismo e a discriminação por orientação sexual.

Nesse sentido, Lugones (2007) traz para o debate a colonialidade do gênero. Conceito que apresenta não somente as disparidades da dicotomia homem/mulher como parte da colonialidade do poder, mas que também evidencia a intersecção das categorias de raça e de gênero. A autora problematiza a construção universalizante do gênero trazendo a tona a interseccionalidade como conceito fundamental que evidencia a importância do local de fala da mulher branca, da mulher negra, da mulher trabalhadora, da mulher transgênero, por exemplo, enfatizando a importância de suas vivenciadas no processo de dominação cultural para a construção de outras epistemes.

Nesse momento, não se pode negar a importância do conceito de colonialidade do poder (QUIJANO, 2000), mas considera-se importante salientar que Lugones partiu da invisibilidade que os autores decoloniais proporcionaram ao gênero feminino para desenvolver sua intervenção conceitual ao apresentar o conceito de colonialidade de gênero. Assim, por meio da perspectiva decolonial, Lugones caracteriza gênero como uma construção social que sustenta a colonialidade do poder, a dominação racial e os papéis atribuídos socialmente ao gênero feminino.

4. CONCLUSÕES

O conceito de interseccionalidade nos leva a compreender que gênero, sexualidade e raça permeiam a existência de uma única pessoa, tornando fundamental o desenvolvimento de uma escuta terapêutica atenta ao sofrimento psíquico produzido pela intersecção da misoginia, homofobia e racismo.

Por meio dos conceitos aqui explicitados, problematizamos a clínica psicológica clássica e provocamos a necessidade de uma clínica psicológica decolonial, politizada e engajada, por meio de uma escuta terapêutica atenta às violências que continuam sendo atualizadas pela colonialidade e permeiam as nossas relações sociais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. C.; JESUS, J. P. de; SCHOLZ, D. Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a

relação entre saúde mental e racismo. **Saúde debate**, Rio de Janeiro , v. 39, n. 106, p. 869-880, Set. 2015.

BALLESTRIN , L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

CARNEIRO, N. S. Contra a "violência de inexistir": psicologia crítica e diversidade humana. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v.25, n.1, p. 40-47, 2013.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, University of California - Los Angeles, p. 171-187, 2002.

ESPINOSA-MIÑOSO, Y. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano** [en línea], p.07-12, mar./abr., 2014.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

LEYVA, X.; SPEED, S. Hacia la investigación descolonizada: nuestra experiencia de co-labor. In: LEYVA, X.; BURGUETE, A.; SPEED, S. (Orgs.), **Gobernar (en) la diversidad: experiencias indígenas desde América Latina. Hacia la investigación de colabor**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2008. p.34-59.

LUGONES, M. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. **Hypatia**, v.22, n.1, p.186–209, 2007.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa** [en línea]. Bogotá - Colombia, n.9, p.73-101, jul.-dez. 2008.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S. et al (Orgs.), **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Cap. 6, p. 127-168.

ORELLANO, C. M.; GONZÁLEZ, S. G. Acerca de la opción decolonial en el ámbito de la psicología. **Perspectivas en Psicología: Revista de Psicología y Ciencias Afines**, v.12, n. 2, p.1-8, Nov., 2015.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.), **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Cap. 9, p.122-151.

TIMM, F. B.; PEREIRA, O. P.; GONTIJO, D. C. Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v.11, n.22, p. 247-259, dez. 2011.